



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

ATA NÚMERO 259/XII/4.ª SL

14.julho.2015 – 15h00

Aos 14 dias do mês de julho de 2015, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 5, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de ata

3. Comunicações do Presidente

4. Audiência à Federações e Associações de Estudantes do Ensino Superior – 15h00

5. Audiência à Associação de la Lhéngua i Cultura Mirandesa – 16h00

6. Petição n.º 515/XII/4ª da iniciativa de Graça da Conceição da Silva Claro “Solicita a sua integração no quadro de professores do Ministério da Educação e Ciência

- **Apreciação do relatório final**
- **Deputada relatora:** Maria José Castelo Branco - PSD

7. Petição n.º 517/XII/4ª da iniciativa de Arnaldo Vítor Castro Beleza Reis que Solicita medidas de proteção para os cidadãos que visitam monumentos com muralhas de castelos ou fortes de Portugal.

- **Apreciação do relatório final**
- **Deputada relatora:** Inês de Medeiros - PS

8. Petição n.º 521/XII/4ª da iniciativa do Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades – SPLIU que Solicitam a criação de um regime especial de aposentação para os educadores de infância e professores dos Ensinos Básico e Secundário

- **Apreciação do relatório final**
- **Deputada relatora:** Maria da Conceição Caldeira - PSD

9. Petição n.º 523/XII/4ª da iniciativa de Vânia Marisa Santos Azinheira, solicitam a alteração das metas curriculares do 1.º ciclo

- **Apreciação do relatório final**
- **Deputado relator:** Luís Fazenda – BE

10. Petição n.º 528/XII/4ª da iniciativa da FENPROF Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade - **Região Norte**

- **Apreciação do relatório final**
- **Deputada relatora:** Heloísa Apolónia – PEV

11. Petição n.º 529/XII/4ª da iniciativa da FENPROF Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade - **Distrito da Guarda**



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

- **Apreciação do relatório final**
- **Deputado relator:** João Prata - PSD

12. Projeto de Resolução n.º 1531/XII/4, PSD e CDS-PP, Instituição do Dia Nacional do Folclore Português

- **Discussão**

13. Projeto de Resolução n.º 1565/XII/4ª, PCP, Valorização e reconhecimento efetivo do papel da rede de Ensino Superior Público em Portugal

- **Discussão**

14. Projeto de Resolução n.º 1570/XII/4ª (PSD e CDS-PP) Recomenda ao Governo que apoie a candidatura do Santuário do Bom Jesus do Monte a Património Mundial da Unesco

- **Discussão**

15. Projeto de Resolução n.º 1571/XII/4ª (PSD e CDS-PP) Recomenda ao Governo que classifique o Santuário do Bom Jesus do Monte como imóvel de interesse nacional, reconhecendo-o como Monumento Nacional

- **Discussão**

16. Projeto de Resolução n.º 1572/XII/4ª (PCP) Assegura aos jovens um regime especial de acesso a atividades e equipamentos culturais públicos

- **Discussão**

17. Projeto de Resolução n.º 1575/XII/4ª (PCP) Recomenda ao Governo a realização de concursos de apoio à produção literária e apoio às artes e a publicação dos resultados dos últimos concursos

- **Discussão**

18. Relatório de atividades do GT/Desporto

- **Apreciação**

19. Relatório de atividades do GT/Educação Especial

- **Apreciação**

20. Relatório de atividades do GT/Currículos do Ensino Básico e Secundário

- **Apreciação**

21. Relatório de atividades do GT/Parlamento dos Jovens

- **Apreciação**



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

22. Relatório de atividades do GT/Indisciplina em Meio Escolar

- **Apreciação**

23. Relatório de atividades do GT/Ciência

- **Apreciação**

24. Relatório de atividades do Relator para a Avaliação Tecnológica Parlamentar

- **Apreciação**

25. Outros assuntos

26. Data da próxima reunião

21 de julho de 2015

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

Por solicitação dos Grupos Parlamentares, foram adiados, para a reunião seguinte da Comissão, os pontos 7, 8, 9, 10, 14, 15, 17, 22, 23 e 24.

Com estas alterações, a Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos Deputados do BE e do PEV.

2. Aprovação de ata

A ata n.º 258/XII, relativa à reunião de 9 de julho, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos Deputados do BE e do PEV.

3. Comunicações do Presidente

- 3.1.** O Sr. Presidente deu conta da resposta da Senhora Presidente da Assembleia da República ao pedido de clarificação sobre a realização da audição do Secretário de Estado da Cultura, por requerimento potestativo do PS, que remeteu esta questão para a Súpula da Conferência de Líderes.

Nesta sequência, o Sr. Presidente considerou resultar do referido documento que a vinda de membros do Governo às Comissões se limitaria ao âmbito da apreciação de iniciativas legislativas.

O Sr. Deputado Acácio Pinto (PS) lembrou que há Comissões que estão a efetuar a audição de membros do Governo, entendendo, por isso, que a audição do Secretário de Estado da Cultura deveria ter lugar na próxima reunião da Comissão.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) considerou que, a partir do momento em que se decidiu agendar uma reunião plenária para dia 22 de julho, não há razão para que as Comissões não possam funcionar normalmente até essa data.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu que o PS poderia ter colocado esta questão na Conferência de Líderes e que não o fez. Manifestou ainda a disponibilidade do CDS-PP para a realização da audição, caso seja esse o entendimento.

O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves (PS) disse ter uma interpretação diversa da apresentada pelo Presidente da Comissão, lembrando que a súmula refere que as Comissões têm poder deliberativo sobre audições. Frisou ainda que o requerimento potestativo constitui um direito fundamental das oposições.

O Sr. Presidente reafirmou que o Parlamento se encontra numa fase de encerramento do processo legislativo e que não existem factos excepcionais, de largos consensos, que justifiquem uma interpretação diferente da súmula.

A Sra. Deputada Inês de Medeiros (PS) disse discordar da interpretação do Sr. Presidente da Comissão, por entender que os direitos potestativos acompanham a extensão de prazos.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) referiu não existir consenso na Comissão relativamente à realização da audição, sublinhando, no entanto, a importância do exercício de um direito potestativo dos Grupos Parlamentares.

3.2. Foram apreciados os relatórios abaixo, relativamente aos quais não foram registadas quaisquer observações:

- Relatório da audição dos subscritores da Petição n.º 517/XII - *Medidas de proteção para os cidadãos que visitam monumentos como muralhas de castelos ou fortes de Portugal*;
- Relatório da Conferência Currículos e Autonomia;
- Relatório da Audição Reflexão sobre os currículos da escolaridade obrigatória.

3.3. O Sr. Presidente informou que a Assembleia da República recebe, de 17 a 24 de julho, uma delegação de Deputados da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, que terá encontros com as várias Comissões. Assim, foi agendada reunião com a delegação para o dia 21 de julho, às 16h00.

4. Audiência à Federações e Associações de Estudantes do Ensino Superior – 15h00

Os representantes das federações e associações académicas agradeceram a concessão da audiência e fizeram uma apresentação do caderno reivindicativo para o ensino superior, intitulado "Por Um Caminho de Futuro: o Programa de Governo do Movimento Associativo Estudantil para a XIII Legislatura", aprovado no Encontro Nacional de Direções Associativas, que decorreu nos dias 20 e 21 de junho, em Faro.

Considerando que Portugal carece de uma forte aposta na educação e no ensino superior e que estes devem ser setores prioritários, apresentaram algumas propostas que, em síntese, se apresentam:

- Ação social escolar: as recentes alterações ao Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior representam uma melhoria do sistema de ação social. Contudo, reclamam ainda algumas alterações, como sejam, entre outras, a contabilização dos rendimentos líquidos, em detrimento dos ilíquidos, para o cálculo da capacitação do agregado familiar e a fixação de uma data para o pagamento das bolsas.
- Abandono escolar: o Estado deve providenciar o apoio e acompanhamento aos estudantes de meios mais desfavorecidos e propõem a criação de um guia de boas-práticas que permita identificar potenciais casos de abandono, como acontece já em algumas instituições. A este respeito, entendem ainda que deverá ser cumprida a



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Resolução da Assembleia da República que recomenda a apresentação anual de um relatório profundo e rigoroso sobre o abandono escolar no ensino superior.

- **Qualidade e avaliação:** Defendem a obrigatoriedade da participação dos estudantes nas Comissões de Avaliação Externa (CAE) da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), após o período experimental, e também a inclusão de um estudante de cada subsistema de ensino na composição do Conselho de Administração da A3ES.
- **Rede de Ensino Superior e Oferta Formativa:** Propõem que seja efetuada a avaliação da aplicação do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) e defendem o sistema binário, assente numa diferenciação bem definida das missões e em critérios claros. Propõem ainda a integração das escolas não integradas nos respetivos Institutos Politécnicos.
- **Financiamento:** Defendem o reforço de financiamento público para as instituições de ensino superior, privilegiando modelos de financiamento plurianual e a celebração de contratos entre as instituições e o Governo. Propõem ainda a revisão dos modelos de contribuição dos estudantes para o financiamento das instituições, de forma a cumprir o esforço progressivo de gratuidade de todos os graus de ensino.

Interveio, de seguida, o Sr. Deputado Duarte Marques (PSD), que a agradeceu a exposição e lembrou que os estudantes são parceiros fundamentais, tendo prestado homenagem à qualidade do trabalho dos dirigentes associativos. Considerou que os progressos registados nos últimos anos, apesar das restrições, ficam também a dever-se aos estudantes e seus dirigentes. Terminou, afirmando que tomou boa nota das propostas apresentadas, que serão, certamente, tomadas em conta no programa eleitoral do PSD, e defendeu que a questão da rede tem de passar para primeiro plano.

O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves (PS) cumprimentou a delegação e saudou a qualidade do trabalho dos dirigentes associativos, afirmando que as propostas apresentadas, que abarcaram todas as áreas, constituem importantes pistas para os próximos anos. Considerou que a reorganização da rede constitui um problema que tem de ser encarado de frente e lembrou, por último, que nos últimos anos, muitos estudantes foram forçados a abandonar o ensino superior, pelo que o combate ao abandono e a efetiva garantia de apoio aos estudantes deve constituir uma prioridade.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) agradeceu as propostas apresentadas e sublinhou que o trabalho entre o movimento associativo estudantil e o CDS-PP tem sido muito profícuo, lembrando, a título de exemplo, os trabalhos preparatórios do Decreto-Lei n.º 70/2010, na anterior Legislatura. Relativamente à rede, lamentou que não se tivesse avançado na questão da sua reorganização, pese embora entenda que a mesma não deva ser efetuada sob pressão das restrições financeiras.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) cumprimentou a delegação e agradeceu os contributos e as medidas estratégicas que apresentaram e fez referência aos cortes diretos e indiretos registados no ensino superior, nos últimos anos, entendendo que afetou muitas instituições, que se encontram no limiar da rutura financeira, e que levou ao abandono de muitos estudantes. Lamentou ainda que não sejam conhecidos os relatórios sobre o abandono escolar no ensino superior e o regime de empréstimos e terminou, sublinhando que 56% dos alunos do secundário frequentam as vias profissionalizantes, sendo que apenas 800 solicitaram a sua inscrição nos exames para acesso ao ensino superior.

Os representantes das federações e associações académicas reafirmaram a necessidade de reorganização da rede e, relativamente ao regime fundacional, entendem que deve existir uma definição clara, bem como o cumprimento de compromissos contratualizados entre o Governo e as instituições.

Defenderam ainda que a empregabilidade deve ser um critério a considerar na fixação do número anual máximo de admissões, não devendo, no entanto, ser a única condição para extinção de vagas.

Terminaram, defendendo a ministração de formações de 3.º ciclo no subsistema politécnico, reveladoras de uma investigação aplicada e com características específicas de envolvimento e ligação ao mercado de trabalho, e ainda uma maior aposta em políticas e incentivos financeiros à internacionalização na área da investigação e desenvolvimento.

A documentação da audiência, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

5. Audiência à Associação de la Lhéngua i Cultura Mirandesa – 16h00

Os representantes da Associação de la Lhéngua i Cultura Mirandesa agradeceram a concessão da audiência e apresentaram as suas preocupações relativamente à não assinatura e ratificação, por parte de Portugal, da *Carta das Línguas Minoritárias ou Regionais*.

Referiram, em síntese, o seguinte:

- A comunidade de falantes de mirandês viu os seus direitos linguísticos oficialmente consagrados na Lei n.º 7/99, de 29 de janeiro, um diploma que teve grande impacto na comunidade de falantes de mirandês, contribuindo para a tomada de medidas por parte das autoridades locais.
- No entanto, a comunidade linguística de falantes de mirandês continua a debater-se com dificuldades na aplicação efetiva dos direitos linguísticos, nomeadamente no ensino. Neste domínio, a falta de regulamentação e de enquadramento por parte do Estado são particularmente nocivos para a comunidade falante e para os agentes educativos e de política linguística do mirandês. Esclareceram, a este respeito, que estudam mirandês, no Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro, cerca de 800 alunos, sendo que não existe qualquer enquadramento relativamente ao currículo e ao perfil dos professores.
- Por outro lado, há um grave desconhecimento da situação atual do mirandês e poucos meios humanos e materiais para conseguir levar a cabo o trabalho técnico de obter os dados em falta e fazer uma avaliação da situação presente da língua.
- A assinatura e ratificação, por parte de Portugal, da *Carta das Línguas Minoritárias ou Regionais* do Conselho da Europa forneceria, gratuitamente, às instituições do Estado, da administração local e da sociedade civil esse enquadramento, permitindo-lhe planear e articular com o poder local, com as instituições de ensino e com as iniciativas e instituições da sociedade civil uma política de língua para o mirandês.
- A *Carta das Línguas Minoritárias ou Regionais* é um tratado internacional criado em 1992, no âmbito do Conselho da Europa, para estabelecer um conjunto de mecanismos, de boas práticas e de políticas linguísticas que apoiem os estados na observação, preservação e promoção das suas línguas minoritárias e regionais.
- A *Carta* já foi assinada e ratificada pela quase totalidade dos parceiros europeus de Portugal, passando estes a estar representados no Comité de Peritos e a beneficiar das suas avaliações e recomendações. No entanto, apesar da intenção reiterada de assinatura e ratificação por parte de agentes políticos de diferentes legislaturas, sobretudo da tutela da cultura, Portugal continua a ser dos raros estados da União Europeia que não assinaram e ratificaram a referida *Carta* do Conselho da Europa.

Terminaram, reafirmando a importância de se defender e preservar a língua mirandesa, para que seja uma língua dinâmica e próspera.

A Sra. Deputada Nilza de Sena (PSD) agradeceu a exposição e considerou legítima a reivindicação, referindo que esta questão está a ser analisada pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e que não parece existir qualquer impedimento ou resistência à assinatura da *Carta das Línguas Minoritárias ou Regionais*. Questionou ainda sobre

o número de falantes, sobre o eventual interesse das populações de zonas limítrofes em aprender o mirandês e sobre a projeção que a comunicação social local atribui àquela língua.

O Sr. Deputado Carlos Enes (PS) cumprimentou a delegação e sublinhou as vantagens da assinatura e ratificação da Carta Europeia, pelo que disse não compreender que a mesma não tenha sido ainda assinada. Questionou sobre o resultado dos contactos havidos com o Governo e sobre se existe possibilidade de expandir a língua e quis ainda saber a razão para a não assinatura por parte de outros países.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) agradeceu o trabalho e o empenho da delegação na defesa de uma língua que é de todos nós, e que considerou de valor incalculável. Questionou ainda sobre as vantagens da ratificação da Carta para a preservação da língua mirandesa, para além de integrarmos a Comité de peritos, e comprometeu-se a questionar o Governo sobre esta matéria.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) cumprimentou a delegação e disse não identificar razões para a não ratificação da Carta. Perguntou se existiu alguma tentativa de contacto com o atual Governo e com os anteriores e qual a resposta que obtiveram e questionou ainda sobre a qualificação dos docentes. Referiu que a língua tem um valor simbólico que ultrapassa a necessidade de calcular o retorno económico e afirmou que vai questionar o Governo sobre esta matéria.

Os representantes da Associação de la Lhéngua i Cultura Mirandesa esclareceram que foram tomadas várias diligências, junto do atual e dos anteriores Governos, no sentido de os sensibilizar para esta necessidade, não se tendo registado quaisquer resultados.

Afirmaram que a comunidade de falantes não está circunscrita ao concelho de Miranda do Douro, compreendendo ainda os municípios de Bragança, Vimioso e Mogadouro, e referiram que foram já desenvolvidos estudos sobre esta temática nas Universidades do Porto, de Lisboa e de Aveiro.

Explicaram que há países que não ratificaram ainda a Carta Europeia, por razões geoestratégicas, e que a inércia e o desinteresse são as únicas explicações que encontram para a não assinatura, por parte de Portugal.

Terminaram, afirmando que a Carta permitiria ter o enquadramento legal para a gestão das questões do multilinguismo, para além de permitir saber quantos são exatamente os falantes, estimando-se que existam entre 3000 e 5000 falantes de mirandês como língua nativa.

A documentação da audiência, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

6. [Petição n.º 515/XII/4.ª](#) da iniciativa de Graça da Conceição da Silva Claro “Solicita a sua integração no quadro de professores do Ministério da Educação e Ciência

Na ausência da Sra. Deputada Maria José Castelo Branco (PSD), o relatório foi apresentado pelo Sr. Deputado João Prata (PSD), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS e CDS-PP, registando-se a ausência dos Deputados do PCP, BE e PEV.

7. [Petição n.º 517/XII/4.ª](#) da iniciativa de Arnaldo Vitor Castro Beleza Reis que Solicita medidas de proteção para os cidadãos que visitam monumentos com muralhas de castelos ou fortes de Portugal.

Adiado.

A Sra. Deputada Inês de Medeiros (PS), relatora da Petição, propôs que fossem solicitadas informações à Direção-Geral do Património Cultural, sobre o conteúdo da petição,

designadamente sobre se existe um levantamento dos monumentos nacionais em risco, proposta esta que foi aceite.

8. [Petição n.º 521/XII/4.ª](#) da iniciativa do **Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades – SPLIU** que Solicitam a criação de um regime especial de aposentação para os educadores de infância e professores dos Ensinos Básico e Secundário

Adiado.

9. [Petição n.º 523/XII/4.ª](#) da iniciativa de **Vânia Marisa Santos Azinheira**, solicitam a alteração das metas curriculares do 1.º ciclo

Adiado.

10. [Petição n.º 528/XII/4.ª](#) da iniciativa da **FENPROF** Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade - **Região Norte**

Adiado.

11. [Petição n.º 529/XII/4ª](#) da iniciativa da **FENPROF** Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade - **Distrito da Guarda**

O Sr. Deputado João Prata (PSD) apresentou o relatório, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS e CDS-PP, registando-se a ausência dos Deputados do PCP, BE e PEV.

12. [Projeto de Resolução n.º 1531/XII/4 \(PSD e CDS-PP\)](#) - Instituição do Dia Nacional do Folclore Português

Os Srs. Deputados Pedro Pimpão (PSD) e Abel Baptista (CDS-PP) apresentaram o Projeto de Resolução, tendo intervindo no debate os Srs. Deputados Inês de Medeiros (PS) e Rita Rato (PCP).

A informação relativa à discussão e a gravação áudio encontram-se disponíveis na página do Projeto de Resolução.

13. [Projeto de Resolução n.º 1565/XII/4ª \(PCP\)](#) - Valorização e reconhecimento efetivo do papel da rede de Ensino Superior Público em Portugal

A Sra. Deputada Diana Ferreira (PCP) apresentou o Projeto de Resolução, tendo intervindo no debate que se seguiu os Srs. Deputados Duarte Marques (PSD), Inês de Medeiros (PS) e Michael Seufert (CDS-PP).

A informação relativa à discussão na Comissão e a gravação áudio encontram-se disponíveis na página do Projeto de Resolução.

14. [Projeto de Resolução n.º 1570/XII/4ª \(PSD e CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que apoie a candidatura do Santuário do Bom Jesus do Monte a Património Mundial da Unesco

Adiado.

15. [Projeto de Resolução n.º 1571/XII/4ª \(PSD e CDS-PP\)](#) Recomenda ao Governo que classifique o Santuário do Bom Jesus do Monte como imóvel de interesse nacional, reconhecendo-o como Monumento Nacional



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Adiado.

16. [Projeto de Resolução n.º 1572/XII/4ª \(PCP\)](#) - Assegura aos jovens um regime especial de acesso a atividades e equipamentos culturais públicos

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) apresentou o Projeto de Resolução, tendo intervindo no debate que se seguiu os Srs. Deputados Michael Seufert (CDS-PP), Inês de Medeiros (PS) e Ana Sofia Bettencourt (PSD).

A informação relativa à discussão na Comissão e a gravação áudio encontram-se disponíveis na página do Projeto de Resolução.

17. [Projeto de Resolução n.º 1575/XII/4ª \(PCP\)](#) Recomenda ao Governo a realização de concursos de apoio à produção literária e apoio às artes e a publicação dos resultados dos últimos concursos

Adiado.

18. Relatório de atividades do GT/Desporto

O Sr. Deputado Paulo Cavaleiro (PSD) apresentou o Relatório de Atividades, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos Deputados do BE e do PEV.

19. Relatório de atividades do GT/Educação Especial

A Sra. Deputada Margarida Almeida (PSD) apresentou o Relatório de Atividades, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos Deputados do BE e PEV.

20. Relatório de atividades do GT/Currículos do Ensino Básico e Secundário

Na ausência da Sra. Deputada Maria José Castelo Branco (PSD), coordenadora do Grupo de Trabalho, o relatório foi apresentado pela Sra. Deputada Isilda Aguincha (PSD), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos Deputados do BE e do PEV.

21. Relatório de atividades do GT/Parlamento dos Jovens

O Sr. Deputado Pedro Pimpão (PSD) apresentou o Relatório de Atividades, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos Deputados do BE e do PEV.

Foram ainda selecionados, por unanimidade, os seguintes temas para a edição 2015-2016 do Programa Parlamento dos Jovens:

- Ensino Básico - Discriminação, preconceito e racismo
- Ensino Secundário - Portugal: assimetrias litoral/interior – que soluções?

22. Relatório de atividades do GT/Indisciplina em Meio Escolar

Adiado.

23. Relatório de atividades do GT/Ciência

Adiado.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

24. Relatório de atividades do Relator para a Avaliação Tecnológica Parlamentar

Adiado.

25. Outros assuntos

26. Data da próxima reunião

21 de julho de 2015

A reunião foi encerrada às 17:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 de julho de 2015

O PRESIDENTE

(Abel Baptista)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Carlos Enes
Duarte Marques
Elza Pais
Inês de Medeiros
Isilda Aguincha
João Prata
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Michael Seufert
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rita Rato
Rui Pedro Duarte
Ana Sofia Bettencourt
Inês Teotónio Pereira
Jacinto Serrão
Joaquim Seixas
Laurentino Dias

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia
Maria da Conceição Caldeira
Maria José Castelo Branco

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Luís Fazenda